

pactos
& disputas político-comunicacionais
sobre a presidenta Dilma

maria helena weber (org.)

Maria Helena Weber (Org.)

Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma

Porto Alegre

Figura de Linguagem

2021

Copyright by Maria Helena Weber (Org.)

Revisão: Coletivo Manabu

Projeto gráfico: Editora Figura de Linguagem

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica

Weber, Maria Helena (Org). Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma. Porto Alegre:

Figura de Linguagem, 2021, 883 p.

1. Comunicação social 2. Política 3. Título

ISBN 978-65-88942-12-3

Conselho editorial

Luís Augusto Fischer

Silvana Bastos

Felipe Polydoro

Roberta Flores Pedroso

Felipe Minor

Fernanda Bastos

MANIFESTAÇÕES E VOTOS AO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NA PRIMEIRA PÁGINA DE JORNAIS BRASILEIROS¹⁹⁶

Camila Becker
Camila Cesar
Débora Gallas Steigleder
Maria Helena Weber

Introdução

O Brasil vivencia uma das mais complexas crises políticas demarcada pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), reeleita em 2014 com mandato até 2018 e destituída¹⁹⁷ em 31/8/16 pelo Senado Federal. Esta crise tem sido sustentada por tentáculos que insinuam uma nova ordem política, econômica e jurídica que atinge a sociedade. A imprensa registra a disputa de autoridade e legitimidade entre os poderes estatais, manifestações de rua, a luta contra a corrupção¹⁹⁸ e os conceitos e procedimentos políticos e jurídicos sobre o *impeachment*. Alvo de disputas conceituais e simbólicas, a legitimidade do ato e da pena imposta aparece na pergunta: “*impeachment*” ou “golpe”? De um lado, a justificativa para o impedimento (para preservar a democracia) e do outro a denúncia de golpe que coloca em risco a ordem democrática.

A imprensa brasileira é protagonista no debate nacional e cada vez mais se impõem as análises relacionadas ao *ethos* do jornalismo capazes de acionar a sua responsabilidade, na mediação de verdades e realidades enquanto *locus* privilegiado de visibilidade e referência de democracia.

196 Artigo revisado, publicado originalmente na Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 13, p. 96-113, 2016.

197 O *impeachment* a retirou da função, mas não lhe retirou o direito de elegibilidade.

198 Operação Lava Jato articulada pela Polícia Federal, onde o juiz Sérgio Moro é o principal e controverso ator. Desvela a rede de corrupção que associa empresas, políticos, governo e a Petrobrás.

Com um pequeno recorte empírico, este texto visa contribuir à reflexão sobre as estratégias editoriais em quatro momentos de caráter deliberativo identificadas em 12 capas de jornais brasileiros de referência: *O Globo (GLO)*, *Folha de São Paulo (FSP)* e *O Estado de São Paulo (OESP)*. Especificamente, as manifestações sociais pró-*impeachment* (14/3/16) e contra o *impeachment* (19/3/16); a votação do encaminhamento do processo da Câmara Federal ao Senado (17/4/16) e os resultados à decisão final, no dia 18/4/16. As premissas dessa abordagem estão sediadas na compreensão de que o *impeachment* é tema de interesse público e mobiliza um debate nacional, no qual a imprensa tem responsabilidade sobre formação da opinião, devido à sua função social e poder de visibilidade. O tema é mobilizador dos poderes nacionais e da vida da sociedade.

A construção teórica do texto está vinculada a referências que relacionam interesse público, comunicação, jornalismo, ética e noticiabilidade em relação ao *impeachment* como acontecimento público. Utiliza-se a análise de conteúdo e o enquadramento como aporte teórico-metodológico. Nesta base, são classificados os conteúdos de cada jornal e o respectivo enquadramento na primeira página considerando que, no debate instaurado, a imprensa participa com o poder que lhe é atribuído como um dos atores principais da democracia.

Este artigo inicia com a contextualização do processo de *impeachment* e, em seguida, o classifica como um acontecimento público abordado nas primeiras páginas e analisado a partir do conceito de enquadramento.

Democracia e *Impeachment*

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff permite refletir a intervenção mediática na (des)construção de reputações e verdades, assim como identificar o poder do jornalismo sobre a opinião pública e o poder de mobilização da sociedade. Diferente do presidente também cassado Fernando

Collor de Mello¹⁹⁹ que não possuía bases partidárias e sociais, mas apoio das elites empresariais, a ex-presidenta Dilma pertence ao PT, que governa o país desde 2003, estruturado sobre sólida base e organizações sociais, tendo implementado políticas públicas decisivas à inclusão social e à cidadania. Esta situação mantém ativa a mobilização social e a disputa sobre o projeto político-econômico adotado.

O processo de *impeachment* teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB²⁰⁰ que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção. Após a vitória de Dilma (51,64% dos votos), o candidato derrotado Aécio Neves (48,36%) liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora. Finalmente, a Câmara Federal²⁰¹ acolheu, em setembro de 2015, a acusação formal sobre o crime de responsabilidade fiscal (as “pedaladas fiscais”) associada discursivamente a críticas sobre a paralisia econômica do país, à postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação com o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava-Jato.

Essa situação foi seguida por centenas de manifestações nas ruas, pró e contra *impeachment*, nutrindo o debate sobre os limites da crise política brasileira. Argumentos políticos, jurídicos e econômicos foram exaustivamente apresentados a favor e contra a governabilidade da presidenta. Acontecimentos, discursos, delações de acusados pela Lava-Jato e disputas entre os poderes da República aceleraram o processo.

O processo de *impeachment* foi encaminhado ao Senado Federal, após aprovação na Câmara Federal por 367 a 137 votos, em 17/4/16 (um dos acontecimentos aqui analisados), afastando a presidenta Dilma por 180 dias. O impedimento definitivo ocorreu

199 Primeiro presidente eleito após 24 anos de regime militar, renunciou pouco antes de ser cassado. Foi absolvido pelo STF e está cumprindo o segundo mandato como senador. Votou a favor do *impeachment*.

200 PSDB e PT vêm disputando as eleições à Presidência da República há 22 anos, sendo que desde 2002, o PT tem sido vitorioso elegendo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

201 O então presidente da Câmara Federal, Luiz Eduardo Cunha (PMDB) que acolheu a denúncia foi cassado em seu cargo e mandato, no dia 12/9/2016.

com a votação dos senadores em 31/8/16. Com 60 votos a favor e 21 contrários à destituição, Michel Temer, assume a Presidência da República.

A polarização política do país foi exposta nas manifestações de rua, dos políticos e nos *media*. A hostilidade manifesta em relação à cobertura da imprensa, porém, revela o mal-estar da população contra o *impeachment*, classificando o tom das versões divulgadas como simplificadoras da complexidade política reduzida a disputas maniqueístas entre corruptos e guardiões da moral. Trata-se de uma capacidade associada ao poder simbólico definido por Lima (2006, p.10), que intervém "no curso dos acontecimentos", influencia ações e crenças e até mesmo se autoriza a criar acontecimentos, "através da produção e transmissão de formas simbólicas". Isto porque, historicamente, os meios de comunicação se tornaram detentores de um importante papel de socialização e de mediação política face à pouca credibilidade dos partidos enquanto instrumentos de canalização de mobilização e de participação política (BAQUERO, 2001).

Esses acontecimentos, demarcados como políticos, podem perfeitamente ser entendidos como a disputa de um projeto econômico, o que amplia a complexidade do debate. Como afirma Boaventura de Souza Santos (2014), na apresentação de sua obra *O Direito dos Oprimidos*:

O poder capitalista é hoje um poder totalitário montado num pedestal global donde comanda os cordéis das sociedades nacionais e suas esferas públicas, a que chamamos democracia por inércia ou por não sabermos que outro nome lhe dar. (SANTOS, 2014, p.14)

Ao analisar a melhoria da qualidade das democracias a partir de “quatro teorias democráticas”, Fishkin (2015, p. 233) assinala a importância da opinião do povo e alerta: “quando o ‘consentimento dos governados’ é alcançado por meio de opiniões ‘superficiais’, o povo não sabe ou não compreende com o que está

consentindo”. A formação de opinião e mobilização social estão diretamente associadas à confiabilidade nas informações emitidas pelas instituições públicas e pela imprensa, estruturas constitutivas da democracia. Quéré (2005a) chama essas estruturas, constituídas por pessoas ou instituições, de “dispositivos de confiança” das sociedades democráticas, onde os *media* ocupam um espaço privilegiado. Apesar das transformações da ecologia informacional impulsionadas pelas novas mídias nos últimos anos, o conteúdo proveniente dos meios convencionais ainda é a principal fonte provedora de informação, possuindo, portanto, uma “posição central nas disputas pela construção simbólica do mundo social e definição das preferências” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 82).

Debate Público e Imprensa

Nesse debate, importa a reflexão sobre o papel da visibilidade mediática, considerando o jornalismo como uma das dimensões fundamentais da comunicação pública devido a sua importância na formação das percepções públicas sobre a política e o governo. Em torno do *impeachment* e suas consequências, persistem manifestações que caracterizam a comunicação pública, porquanto pressupõe a relação entre Estado, governo e sociedade civil. Ao assumirmos a comunicação pública como indicador da qualidade das democracias, privilegiamos os estudos sobre o debate sustentado por temas e decisões de interesse público que dependem da visibilidade e enquadramentos da imprensa. Versões e poderes são disputados pelo Estado, sociedade e imprensa, em redes de comunicação pública, como afirma Weber (2007, p.4), capazes de tensionar e deliberar no espaço público. Os princípios normativos da comunicação pública balizam ainda as expectativas em relação a uma prática comunicacional baseada nos valores da liberdade e igualdade de participação.

A imprensa ocupa um lugar de complexidade nas democracias. Além de protagonista do debate público, também realiza a

mediação simbólica com atribuição de voz e visibilidade que contribuem (ou não) para o tensionamento dos limites entre interesses públicos (relativos à vontade coletiva) e privados (mobilizados por questões de mercado e particulares). São esses limites que colocam em cheque o potencial democrático dos meios de comunicação (ESTEVEVES, 2003, p. 61).

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do jornalismo enquanto instituição social responsável pela produção das narrativas pelas quais indivíduos experimentam diferentes realidades, além de construir procedimentos, critérios de seleção e construção da notícia que permite traçar os contornos dessa “mundanidade” (GOMES, 2009). O debate público que ocorre na esfera de visibilidade pública não prescinde, portanto, do discurso jornalístico.

As mobilizações, ações e os debates sociais, políticos, midiáticos e jurídicos desencadeados pelo processo de *impeachment* permitem compreender um acontecimento em seu sentido hermenêutico, investido de um poder de ruptura da ordem vigente, em que são revelados campos problemáticos. Como afirma Quéré (2005b), o acontecimento exerce um poder de revelação de outras formas de interpretar, experienciar o mundo, como um “novo horizonte de possíveis” em relação ao futuro e ao passado. A afetação individual e coletiva provocada pelo acontecimento é essencial para entendermos as dimensões do processo de *impeachment* para a democracia brasileira e, também, como revelador de um campo problemático, como o da corrupção (política e social).

Esse trabalho trata do acontecimento público *impeachment* de Dilma Rousseff, mobilizador de interesses públicos e privados, com a participação efetiva dos *media* que realizam a apropriação desse acontecimento, mobilizam atores sociais e acionam uma cadeia de sentidos propostos à audiência. No jornalismo, o acontecimento é a matéria-prima do seu principal produto, a notícia, capaz de instaurar debates públicos. Por isso, a análise do processo de construção jornalística do acontecimento *impeachment* é

compreendida a partir da apropriação e reescrita do fato com as linguagens/estratégias do campo. As formas de enquadramento do jornalismo obedecem aos critérios de noticiabilidade, à ética profissional e à sua função social.

A rotina produtiva da imprensa aponta o interesse público e a ética profissional como dimensões nevrálgicas na problematização da narrativa jornalística e essenciais para o reconhecimento e aplicação dos critérios de noticiabilidade, definidos por Traquina (2013, p.61) como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir um valor como notícia”, embora sua aplicação possa ser afetada pela política editorial da empresa que orientará a seleção e o tratamento dos acontecimentos. Sobre isso, Neveu (2001, p. 85, tradução nossa) afirma que “a capacidade do jornalismo de hierarquizar e problematizar os acontecimentos e os assuntos mais importantes, aponta a capacidade central de sua influência sobre a opinião pública”.

Interesse público é a noção-chave do jornalismo e consiste na vigilância de que o interesse da esfera civil será levado em conta na decisão política. Gomes (2009, p.79) afirma que o jornalismo deve servir ao público e colocar à sua disposição “os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado”. Ainda que o interesse público seja um componente indissociável, o modelo empresarial da imprensa conforma o jornalismo para atender à demanda do mercado e da audiência e, assim, defende interesses políticos e econômicos.

Em meio a estes tensionamentos, a ética estabelece os limites do compromisso do jornalismo com a verdade. Cornu (1998) problematiza o dilema do jornalista em busca da verdade dos fatos àquele enfrentado pelo historiador. O estatuto social do jornalismo garante a sua competência para divulgar aquilo que devemos saber sobre o mundo. A construção deste “recorte da realidade” se daria com base na veracidade dos fatos, na adequada seleção dos elementos da narrativa e na justa escolha diante da infinidade de eventos (MIGUEL, 2003). Estes critérios assegurariam a qualidade

das informações entregues ao público. Diante disso, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff é tratado neste artigo como um acontecimento público capaz de gerar debate com a participação ativa da imprensa na orientação sobre a percepção dos temas em discussão.

O enquadramento das manifestações e do *Impeachment*

O conceito de enquadramento tem por base os *frames*, como “quadros da experiência social” (GOFFMAN, 2012), entendidos como dispositivos metodológicos para analisar fenômenos sociais e os indivíduos envolvidos em processos de interação. Os quadros servem como esquemas de interpretação, que constroem uma ideia organizadora central e atribui sentido aos acontecimentos, sugerindo um tema (TRAQUINA, 2013). Compreendidos como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais” (PORTO, 2002, p. 4), a análise desses enquadramentos concebe os meios de comunicação e os produtos jornalísticos (a notícia) em uma perspectiva ativa sobre e transformadora da informação. A abordagem complementa assim a teoria do agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), sendo utilizada em diversas pesquisas sobre os *media* e a política na intenção de identificar estratégias textuais e representações contidas nas coberturas jornalísticas.

Essa perspectiva orientou a análise de 12 capas dos jornais de referência brasileiros — Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (OESP) e O Globo (GLO) —, e do enquadramento realizado em quatro acontecimentos indicativos de deliberações (manifestações e votos). A premissa é que estes enquadramentos sustentam o debate público na disputa de verdades na construção da realidade política, visto que o destaque na primeira página incide com mais rapidez, na primeira formação e formulação de opinião. Especificamente, tem-se:

- Acontecimento 1 – Repercussão das manifestações pró-*impeachment* (13/3/16);
- Acontecimento 2 – Repercussão das manifestações contra *impeachment* (18/3/16);
- Acontecimento 3 – Expectativa da votação do *impeachment* (17/4/16);
- Acontecimento 4 – Repercussão do resultado da votação na Câmara Federal (18/4/16).

A abordagem privilegia a identificação dos discursos predominantes, a partir das imagens e títulos que situam estrategicamente o acontecimento e permitem identificar o protagonismo destes jornais no debate instaurado, considerando a construção de visibilidade e legitimidade dos eventos relacionados.

Os procedimentos metodológicos obedecem à classificação prevista pelas técnicas da análise de conteúdo, de imagens, títulos e textos da primeira página de cada jornal apresentadas nas figuras 1,3 e 5_e classificadas nos quadros 2,4 e 6, combinados por tipo de acontecimento.

Acontecimento 1 - Manifestações pró-*impeachment* (14/3/16)

As manifestações acompanharam todo o processo de *impeachment*, contra e a favor. No dia 14 de março, os jornais publicaram a sua síntese sobre as ruas, com a devida valoração de fatos e atores políticos, a partir de uma imagem que se impôs.

Figura 1 – A primeira página dos jornais sobre as manifestações pró-impeachment de 13/03/ 2016



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>; <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

Quadro 1 – Enquadramentos na primeira página das manifestações pró-impeachment de 13/03/2016

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 14/03/2016	O Estado de São Paulo 14/03/2016	Folha de São Paulo 14/03/2016
Manchete principal	BRASIL VAI ÀS RUAS CONTRA DILMA E LULA E A FAVOR DE MORO <u>Cartola</u> – Maior manifestação da história <u>Linha de apoio</u> – Protesto pacífico reuniu 3,6 milhões de pessoas em 326 cidades de todos os estados e no Distrito Federal	13/03/2016	ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA
Manchetes secundárias	1) Líderes de oposição são hostilizados 2) Insatisfação cresce também no Nordeste 3) Temporal causa destruição e deixa cinco mortos no Rio 4) Flu empata com Botafogo: 1x1 <u>Artigos de opinião/assinados:</u> 5) Uma rua cheia de brasileiros em coro contra a corrupção 6) Protestos dão respaldo para processo de impeachment 7) Dilma assiste impassível à liquefação do seu governo 8) Moro, hoje, é o representante de fato das ruas 9) O Brasil renunciou a Dilma. Cabe ao Congresso formalizar o ato		1) 500 mil manifestantes foram à Avenida Paulista, calcula DataFolha 2) Juiz Sérgio Moro, da operação Lava Jato, é saudado como herói 3) Em nota lacônica, governo federal elogia caráter pacífico 4) Povo e políticos devem convergir para impeachment 5) Multidão responde a inchaço do poder presidencial sob PT 6) Desfecho está próximo, pode não passar de julho 7) Pedem a saída de Dilma, mas toleram Cunha 8) PT hoje continua sendo uma seita, a seita da Jararaca 9) Ato pode acelerar impeachment, diz vice-líder do PMDB
Imagem principal	– Manifestantes ocupam totalmente a Avenida Paulista. – As cores verde-amarelo sobressaem. – Sobressaem boneco inflável de Lula presidiário e o pato amarelo, marca da FIESP.	– Manifestantes tomam as ruas de São Paulo. – Visão aérea mostra ato amarelo da FIESP e faixas verde-amarelo.	Manifestantes na Avenida Paulista
Imagens secundárias	Foto 1 – Manifestante segura cartaz “Nós somos Moro” Foto 2 – Manifestantes mostram maquete de apartamento triplex, cuja propriedade indicaria corrupção de Lula: “Triplex, você pagou essa obra”		Ilustração, sob o título “As maiores concentrações já medidas” lista as maiores manifestações políticas e não políticas já ocorridas no país. Um mapa do Brasil aponta locais em que houve manifestações no dia 13/03.

Fonte: as autoras.

O evento do dia 14/3/16 está nas estratégias visuais das capas baseadas nos três ângulos da mesma foto que registra milhares de pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo, na mobilização pró-*impeachment*. A foto representa o que aconteceu em todas as capitais e grandes cidades do país..

No discurso do jornal GLO, expresso na manchete “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, as manifestações pelo afastamento indicam o desejo nacional de todo o país e promove o juiz Moro. Da mesma forma, a capa de OESP concentra o título à data “13/3/2016” e mostra a ocorrência de um momento histórico para o Brasil e nada mais precisa ser dito, escrito ou explicado: o registro fotográfico do acontecimento é forte o suficiente e fala por si.

As capas concentram a retórica maniqueísta do “nós” contra “eles”, reforçada pela antagonização dos atores em uma narrativa sobre a luta do bem contra o mal. Exemplo disso é o emprego frequente do adjetivo “brasileiros” para referir os manifestantes favoráveis ao *impeachment* e a construção de um discurso consensual em torno da condenação pública dos líderes petistas, isto é, dos inimigos do povo, em oposição ao juiz Moro, tratado como o grande aliado do povo brasileiro. Este enquadramento, que “sequestra” a dimensão pública do debate, ganha reforço no destaque ao número de pessoas presentes no protesto que, mais do que mera informação, quer indicar a vontade soberana do povo para o fim do governo de Dilma Rousseff. A FSP propõe a relação entre a maior manifestação e a pequenez da presidenta.

A primeira página de GLO funciona como arcabouço do quadro interpretativo que justifica o acontecimento. Identifica-se nas chamadas da capa um esforço desses jornais em torno da idoneidade do processo de *impeachment* e da culpabilização e desgaste da imagem do governo petista. Apenas OESP mostra a eloquência das ruas e deixa aberta a interpretação, como um silêncio.

Acontecimento 2 - Manifestações contra o *impeachment* (19/3/16)

No dia 19 de março, os jornais publicaram na sua primeira página o seu entendimento sobre as ruas contra o *impeachment*. Nesta cobertura é possível identificar a valoração de fatos e atores políticos, conforme a Figura 2.

Figura 2 – A primeira página dos jornais sobre as manifestações contra o impeachment de 18/03/ 2016



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>;
<http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

Assim como as manifestações do dia 13 de março, a imagem da rua repleta é o destaque da capa e serve como comparação à grandiosidade mobilização do dia 13/3. As capas dos jornais analisados estão decodificadas no Quadro 2 onde é possível identificar os enquadramentos:

Quadro 2 – Enquadramentos das manifestações de 18/03/2016 contra o impeachment

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 19/03/2016	O Estado de São Paulo 19/03/2016	Folha de São Paulo 19/03/2016
Manchete principal	<p>ALIADOS DE DILMA E LULA FAZEM MANIFESTAÇÃO EM TODOS OS ESTADOS</p> <p><u>Cartola</u> – Lava-Jato no Planalto</p> <p><u>Linha de apoio</u> – PT reúne 275 mil, 7% do público dos protestos do domingo pelo impeachment</p>	<p>STF SUSPENDE POSSE DE LULA E MANTÉM INVESTIGAÇÃO COM MORO</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Gilmar Mendes acatou pedido de PSDB e PPS, que alegavam que o ex-presidente virou ministro para ganhar foro privilegiado</p>	<p>ATO PRÓ-GOVERNO REÚNE 95 MIL NA PAULISTA, CALCULA DATAFOLHA</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Presente no evento, Lula adota discurso conciliador; no domingo (13), 500 mil pediram saída de Dilma</p>
Manchetes secundárias	<ol style="list-style-type: none"> 1) Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro 2) Grampo foi legal, afirma Janot 3) Por 26 a 2, OAB apoia impeachment 4) Blindagem contra a prisão 5) Editorial: Impeachment é uma saída institucional da crise 6) Um dândi na confeitaria 7) Iggy Pop em plena forma 8) Antropologia da dívida <p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 9) O pior dos diálogos foi Lula interferir na atuação da Receita Federal 10) O processo histórico em curso não é favorável ao PT e a Lula 11) Temer se guarda para quando o carnaval chegar 12) Mudar mentalidades pode ser o legado da Lava-Jato 13) Incontinência verbal de Lula atenta contra o bom gosto 14) STJ já validou “grampo accidental”, como o de Dilma 15) Como nos deixamos enganar dessa maneira? 16) Campeonato nacional de tiro no pé agita o país 17) Estou me sentindo fora de moda: nunca fui grampeada 18) Nova geração não se resigna com vícios do passado 19) O juiz Moro e os procuradores rasgaram a Constituição 20) Moro iniciou a maior reforma política das últimas décadas 21) Reagir é proteger o povo de atos de regimes de exceção 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Janot diz que gravação de conversa é legal 2) Juiz não deve buscar “holofote”, afirma Teori 3) Câmara faz sessão e inicia prazo para impeachment 4) PF acha na casa de petista laudo da Odebrecht sobre Atibaia 5) Último suspeito de ataque a Paris é preso na Bélgica 6) TCU quer banir ministro de funções públicas 7) Matarazzo deixa PSDB e critica governador 8) SP tem 900 grávidas com suspeita de zika 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ministro do STF devolve caso de Lula a Moro 2) Equipe da PF será trocada se houver cheiro de vazamento 3) Janot chancelou a divulgação das escutas de Lula 4) OAB vai apoiar impeachment da presidente Dilma <p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 5) Justiça e imprensa parecem colocar lenha na fogueira 6) Não há cortes tão expostas a testes como o Supremo 7) Paralelo que ação petista faz com Berlusconi é falso

Quadro 2 – Enquadramentos das manifestações de 18/03/2016 contra o impeachment
– Continuação –

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 19/03/2016	O Estado de São Paulo 19/03/2016	Folha de São Paulo 19/03/2016
Imagem principal	<p>Manifestação contra o impeachment na Av. Paulista no dia 18/03</p> <p><u>Legenda</u> – Na Paulista. A mais conhecida avenida de São Paulo teve 11 quarteirões tomados por petistas, contra 23 no domingo.</p>	<p>Manifestantes na Av. Paulista no dia 18/03</p> <p><u>Legenda</u> – A manifestação contra o impeachment de Dilma Rousseff reuniu 80 mil pessoas na Av. Paulista, segundo a Polícia Militar. Para os organizadores, foram 350 mil.</p>	<p>Manifestação contra impeachment na Av. Paulista. Foto na vertical mostra a extensão da passeata.</p>
Imagens secundárias	<p>Charge – ilustração reproduz uma fila de políticos citados em delações e envolvidos na Lava-Jato</p>	<p>Lula, vestido de vermelho, com microfone e protegendo o rosto</p> <p><u>Legenda</u> – No primeiro pronunciamento desde que assumiu o cargo de ministro da Casa Civil, Lula disse que vai para o governo “ajudar e não parar de brigar”. Ele afirmou que voltará a ser o “Lulinha paz e amor” e gritou “não vai ter golpe”.</p>	

Fonte: as autoras.

As edições do dia 19 de março propõem a dúvida ao leitor ao apresentar o registro da rua contra *impeachment* e cercá-lo de chamadas que desqualificam esta atitude. No jornal GLO, de 10 matérias com chamadas de capa, 8 referem-se ao processo justificado de destituição da presidenta Dilma, assim como na FSP, todas as 8 matérias anunciadas na capa.

O tom dos conteúdos nas capas indica apoio à ideia do *impeachment*, respaldada pelo suposto consenso popular de que essas mobilizações constituem um marco histórico para a vida política do país. Percebe-se que FSP, GLO e OESP adotam a mesma estratégia para *re*-apresentar as manifestações contrárias ao processo: apesar de estampar uma foto na primeira página, o ato é apenas periférico à disputa entre o governo e a justiça. A “vitória” do juiz Moro para prosseguir com as investigações sobre Lula, mesmo após a polêmica do vazamento das escutas, é assim

destacada na FSP e no OESP. O binarismo que sustenta o discurso nas capas dos três jornais se articula em torno da rivalidade entre PT/Lula (ao qual se associam os temas ligados à crise política e à corrupção) e o Judiciário, na figura do juiz Moro e posicionamentos do STF e OAB. O tom das capas corrobora, assim, para a legitimação do processo de *impeachment* e para a descredibilização da figura de liderança do ex-presidente Lula e do governo atual.

Comparando-se o enquadramento àquele das manifestações do dia 13, fica evidente a escolha por uma antagonização dos atores e o enaltecimento dos atos pró-*impeachment*. Quando representam aqueles que participam das marchas contrárias ao processo de impedimento, como “Aliados de Dilma e Lula” – a exemplo de GLO –, reduzem a problemática das manifestações a uma polarização em relação ao apoio ou não de um governo, enquanto a questão estava no caráter legal e constitucional da abertura do processo de destituição. Os quadros jornalísticos em torno das mobilizações contra e a favor propõem um suposto consenso em torno da judicialização do *impeachment* respaldado pela opinião pública. Esse argumento apoia-se na comparação sobre a superioridade do número de manifestantes pró-*impeachment* (13/3), em relação ao 18/3.

Acontecimento 3 – Expectativas sobre a votação (17/4/16)

O dia 17 de abril foi um domingo especial: de trabalho na Câmara Federal e dia de ler as expectativas da imprensa sobre o encaminhamento do *impeachment* que foi apresentado como um jogo, à exceção do GLO, conforme Figura 3.

Figura 3
A primeira página dos jornais
no dia de votação do processo de impeachment na Câmara Federal



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>; <http://acervo.folha.uol.com.br>.
Acesso em: abr. 2016.

O encaminhamento do processo foi destaque na imprensa nacional e internacional. As capas dos jornais analisados estão decodificadas no Quadro 3 onde é possível identificar os enquadramentos:

Quadro 3 – Enquadramentos sobre o encaminhamento do processo de impeachment na Câmara Federal

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 17/04/2016	O Estado de São Paulo 17/04/2016	Folha de São Paulo 17/04/2016
Manchete principal	<p>DILMA E TEMER NEGOCIAM PESSOALMENTE CADA VOTO</p> <p><u>Cartola</u> – A guerra do impeachment</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Câmara começa hoje a discutir destino da presidente 24 anos depois do afastamento de Collor e 13 anos após o PT chegar ao poder</p>	<p>O DESTINO DE DILMA E DO BRASIL NAS MÃOS DA CÂMARA</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Placar do Impeachment feito pelo Estado indicava à 0h30 que a oposição tinha os votos necessários para aprovar o andamento do processo; ontem, Temer acusou Dilma de usar “mentira rasteira” ao afirmar que ele cortaria programas sociais</p>	<p>COM MAIORIA CONTRÁRIA A DILMA, CÂMARA VOTA HOJE IMPEACHMENT</p> <p><u>Linha de apoio</u> – À beira de decisão, os dois lados afirmam ter apoio para vencer. Manifestantes realizam atos pró e contra deposição. Temer rebate presidente sobre cortes sociais. “É mentira rasteira”</p>
Manchetes secundárias	<ol style="list-style-type: none"> 1) <u>Editorial</u>: Não vai ter mesmo golpe 2) Para tirar dúvidas sobre o processo 3) O declínio da presidente incidental 4) Notas de um longínquo 1992 5) Dois futuros para um mesmo país 6) Campo de batalha 7) Nomeação “extra” no Diário Oficial <p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 8) Tudo indica que começa transição que deveria ter ocorrido em 2014 9) 17 de abril é um dia inesquecível para Dilma, Lula e FH 10) O ex-senador Gim Argello já negocia delação premiada 11) A soma das tempestades que atingiram Dilma 12) O dia seguinte projeta enigma sobre o país 13) Quem vier a assumir, já entra devendo 14) Um dia de derrota para um país dividido ao meio 15) Para sempre, a imagem de Cunha no espelho 16) Temer seria o 3º presidente do PMDB que não era cabeça de chapa 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Grupo de 8 deputados veteranos prepara, há um ano, o impeachment 2) Dilma considera que seu maior erro foi demorar a reagir 3) Manifestações pró e contra governo acontecem em todo país 4) Um dia decisivo 	<p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leia “Decisão da Câmara”, a respeito de votação que resolverá sobre a abertura do processo de impeachment e dos desafios que se apresentam ao país 2) Se Câmara respeitar a Constituição, não haverá impeachment 3) Presidente Dilma foi omissa ou conivente, o que seria ainda pior 4) 7 pecados da presidente 5) 23 colonistas da Folha expõem os desafios do país 6) Plano governista de fritar o PMDB está no centro da atual crise 7) Brasil é historicamente inapto para viver sob regime democrático 8) Seguindo-se todos os ritos formais, falar em golpe será inaceitável 9) Sem junho de 2013, destino do governo teria sido diferente?

Quadro 3 – Enquadramentos sobre o encaminhamento do processo de impeachment na Câmara Federal
– Continuação –

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 17/04/2016	O Estado de São Paulo 17/04/2016	Folha de São Paulo 17/04/2016
Imagem principal	Foto do Plenário da Câmara dos Deputados, onde ocorrerá a votação	Fotomontagem do rosto da presidenta Dilma Rousseff com o nome de todos os deputados a votarem pelo impeachment. Os nomes e o número de votos são escritos em azul, se a favor, e em vermelho, se contra o impeachment. O texto cobre o rosto da presidenta, como imagem de fundo. A foto ocupa a capa inteira.	Tabela com os nomes de todos os deputados e seus prováveis votos sobre o impeachment
Imagens secundárias	Charge – Imagem do juiz Sérgio Moro vestido de Super-Homem seguido de uma tormenta em forma de mapa do Brasil.		

Fonte: as autoras.

No OESP, um “placar do *impeachment*” foi montado sobre a imagem do rosto da presidenta Dilma Rousseff, identificando os nomes dos deputados favoráveis e contrários em azul e vermelho e o provável número de votos. Como resultado de uma partida de futebol, o jornal endossou a polarização política, incitou o binarismo e simplificou o acontecimento.

No jornal GLO, o título “Campo de batalha”, abaixo da foto principal, que mostra o plenário da Câmara sendo preparado para a votação, assim como a cartola “A guerra do *Impeachment*” e a manchete “Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto” evidenciam, mais uma vez, o enquadramento de conflito e a antagonização entre os que apoiam e os que negam a legitimidade do procedimento. A atmosfera de expectativa é traduzida pela comparação entre Dilma e Collor. Nas chamadas de capa, noções negativas como mentira, desespero e desafetos são associadas à Dilma, como a declaração do então vice-presidente classificando como “mentiras rasteiras” os rumores sobre o fim do Bolsa Família,

caso ele assumisse; sobre a nomeação de novos ministérios e autarquias por estar à “caça” de votos contrários ao *impeachment*; e à sua personalidade “centralizadora, desconfiada e avessa a negociar com políticos”, como a descreve uma das chamadas.

Ficam evidentes a personalização e a simplificação do acontecimento, destituído de sua complexidade social, jurídica e política. Um outro elemento interessante a destacar em GLO deste dia é a charge de Chico Caruso, que alude ao ditado “quem está na chuva é para se molhar” e que o juiz Moro é mais poderoso que o ex-presidente Lula, pois é capaz de “protegê-lo” (mesmo que necessite prendê-lo). A jocosidade da imagem contém uma mensagem moralizante pelo jogo entre herói e bandido.

A estratégia de culpabilização Dilma Rousseff é ostensivamente empregada em OESP, que destaca um suposto arrependimento da presidenta por não ter agido antes (*face à crise*). É possível deduzir, então, que é a responsável pelos problemas que assolam o governo e o Brasil. Outra vez, as “mentiras rasteiras” são destaque de capa e contribuem para atacar a índole de Dilma. Os artigos apontam, também, para os “pecados”, a “soberba” da presidenta como justificativas à ruína política e econômica do país mal administrado “por preguiça”. A capa personaliza a crise e a reduz à moralidade.

Acontecimento 4 – Repercussão da votação (17/4/16)

Nas capas de 18 de abril de 2016, houve a repercussão da votação que aprovou o encaminhamento do processo de *impeachment* ao Senado e afastou a presidenta Dilma. Fato que repercutiu na imprensa nacional e internacional, surpresa com os embates e as justificativas religiosas, passionais e agressivas durante a votação. Às declarações, somou-se o impacto visual de milhares de pessoas separadas por muro, na Esplanada dos Ministérios para evitar confrontos. Os jornais se ativeram a publicar os resultados, conforme mostra a Figura 4. Era o dia de escrever *impeachment*, mostrar a alegria da vitória e publicar as expectativas sobre o país.

Figura 4 – A primeira página dos jornais no dia seguinte à votação que autoriza processo de impeachment



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>; <http://acervo.folha.uol.com.br>.
Acesso em: abr. 2016.

As capas podem ser divididas entre OESP e FSP, de um lado, que usam a palavra ‘*impeachment*’ como balizadora, mais jornalística do que a sentença proferida por GLO. Os enquadramentos das primeiras páginas estão classificados no Quadro 4:

Quadro 4 – Enquadramentos do resultado da votação na Câmara Federal sobre encaminhamento do processo de impeachment

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 18/04/2016	O Estado de São Paulo 18/04/2016	Folha de São Paulo 18/04/2016
Manchete principal	<p>PERTO DO FIM</p> <p><u>Cartola</u> – Batalha no Congresso</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Por 367 votos, 25 a mais do que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma</p>	<p>IMPEACHMENT AVANÇA</p> <p><u>Cartola</u> – Edição Especial</p> <p><u>Linha de apoio</u> – 367 deputados votaram a favor e 146, contra; Dilma promete “lutar até o fim”, mas Planalto vê situação dramática; Oposição tenta antecipar decisão do Senado, prevista para dia 11; Milhares vão às ruas em 23 Estados do País</p>	<p>IMPEACHMENT</p> <p><u>Cartola</u> – Sim 367 x 137 Não (7 abstenções e 2 ausências)</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em “grande responsabilidade”</p>
Manchetes secundárias	<p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Editorial: um passo para o impeachment 2) Resta tentar o recomeço 3) Caminho será árduo 4) Não dá para ter pena 5) A República de joelhos 6) Os inimigos de Temer 7) Prevaleceu a Lei de Ibsen 8) Com quem Temer conta? 9) Temer não terá direito de errar 10) Uma derrota da esquerda 11) O ocaso do ciclo mágico 12) Impedimento começou no PT 13) O início do processo 14) Dilma perdeu suas chances 15) Um presidente no limbo 16) O quarto turno de Temer 17) Faltou o ritual da sedução 18) Tudo depende da cabeça de Lula 19) O governo não foi para tudo 20) A exclusão da diferença 21) É bom manter o Temer vivo 22) Uma fratura exposta 23) Pode haver retrocesso ético 24) O país vê suas entranhas 		<p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Impeachment é punição exemplar para fraude fiscal 2) Petista colheu o que plantou; clima era de vingança 3) Temer começa a definir eventual ministério 4) Durante semanas, país terá governo pela metade 5) Vice é presa frágil por estar mais perto da Lava-Jato 6) Vexames na votação pedem reformas 7) Deputados votam por Israel, maçons, netos, corretores e... 8) Não ter defensores no exterior é culpa do próprio governo

Quadro 4 – Enquadramentos do resultado da votação na Câmara Federal sobre encaminhamento do processo de impeachment – Continuação –

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 18/04/2016	O Estado de São Paulo 18/04/2016	Folha de São Paulo 18/04/2016
Imagem principal	<p>Imagem de deputados, no Plenário, após o anúncio do voto decisivo do deputado Bruno Araújo, favorável ao impeachment, carregado pelos colegas e outros seguram cartazes com a frase “Tchau, querida”.</p> <p><u>Legenda</u> – Comemoração: o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que deu o voto 342, é festejado por colegas de oposição no plenário. Pela segunda vez desde a redemocratização, a Câmara autoriza o impeachment de um Presidente da República.</p>	<p>Imagem que ocupa quase toda a página mostra deputados em comemoração no Plenário, celulares filmando e fotografando. Outros em volta da mesa diretora, ao redor do presidente, Eduardo Cunha, sob chuva de papel picado. Os parlamentares empunham bandeiras do Brasil e cartazes com os dizeres “Tchau, querida” e “Impeachment já” em verde e amarelo.</p>	<p>Deputados comemoram a aprovação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados; os parlamentares seguram cartazes com os dizeres “Tchau, querida” nas cores verde e amarelo. Alguns também seguram bandeiras de estados.</p> <p><u>Legenda</u> – Deputados comemoram voto decisivo a favor do impeachment da presidente Dilma</p>
Imagens secundárias	<p>Charge mostra a silhueta de Michel Temer com um rabo de raposa.</p>		<p>Michel Temer sorri diante da votação pela televisão, junto a aliados.</p> <p><u>Legenda</u> – O vice Michel Temer (PMDB) e aliados acompanham a votação no Palácio do Juburu</p>

Fonte: as autoras.

As primeiras páginas foram preenchidas com a votação e dão sinais de alívio e otimismo com o avanço do processo. Ressaltam os textos dos articulistas, como em GLO e FSP, que exemplificam os quadros interpretativos oferecidos pelas capas dos jornais neste dia.

As imagens são o maior destaque e retratam os deputados de oposição eufóricos em votação decisiva a favor do *impeachment*. OESP estampa somente manchete, linhas de apoio em fonte reduzida e a fotografia da sessão, sob chuva de papel picado. O enquadramento da comemoração é ratificado pela foto, sugerindo que os políticos representaram os brasileiros (todos) favoráveis à aprovação do encaminhamento do processo de afastamento da presidenta.

Buscando justificar a possível destituição de Dilma Rousseff e legitimar o apoio popular à medida, a capa da FSP é idêntica àquela de 30 de setembro de 1992, referente ao *impeachment* do

então Presidente Collor. Com a manchete “*Impeachment!*” ratifica, assim, sua opinião sobre a igualdade dos dois governantes, ignorando diferenças e argumentos jurídicos. A edição valoriza o vice Michel Temer (tranquilo e sorridente com apoiadores), preparado para assumir o governo. Especialmente, nas chamadas dos articulistas, a FSP insiste na culpa de Dilma pela situação de baixa popularidade e pela crise que culminou na aprovação do impedimento. A oposição entre esses dois atores ilustra o grau de interferência simbólica na construção e cristalização de uma versão “correta” da realidade e, como tal, orientadora de percepções e opiniões sobre o acontecimento.

Com a manchete “*Impeachment* avança”, o jornal OESP aposta no enfraquecimento de Dilma e na força da oposição, capaz de articular a vitória no Senado. É a capa mais sintetizada e valoriza a euforia dos deputados federais. A manchete em o GLO, “Perto do Fim” justifica o clima festivo da foto. Os textos das linhas de apoio reforçam a ideia de alívio e comemoração. Ao mesmo tempo, indica o desejo “das ruas” para justificar o placar da votação, transmutando assim um problema de natureza societal (pública) em uma preocupação societária (privada). Esta posição é reiteradamente apresentada nos *media* como desejo da maioria. O jornal considera certo o afastamento da presidenta, a presidência de Michel Temer e classifica Dilma (sem apoio) e o PT (desacreditado) como perdedores da guerra contra o juiz Moro e contra o PMDB. Afirma que a Câmara apenas sacramentou tal derrota. O contraditório na capa fica por conta da charge que retrata o vice Temer com um rabo de raposa, animal de esperteza única e como tal citado em Maquiavel.

Considerações finais

A sucinta análise das primeiras páginas dos jornais, apesar da minuciosa descrição dos enquadramentos, permite mostrar uma cobertura que desqualifica a política, minimiza questões de interesse público vinculadas ao *impeachment*, naturaliza o conflito e

superficializa as informações. O embate político é reducionista quanto às implicações do *impeachment* e à mobilização das ruas, concentrado na personalização de problemas políticos, em Dilma Rousseff e não oferece informações que possam alimentar o debate público. Embora as imagens possam ser compreendidas como adequadas, as manchetes e textos sublinham o sentenciamento em torno da presidenta e do seu partido, já condenados, antes mesmo do fim do processo.

As primeiras páginas demonstram, também, o maniqueísmo entre os atores relacionados ao governo (presidenta, ex-presidente e partido) e aqueles nos quais se deposita a esperança de soluções morais, políticas e econômicas, como juiz Moro, STJ e Legislativo. As controvérsias em torno de políticos implicados nas denúncias de corrupção e os argumentos contrários ao *impeachment* não possuem espaço no jornal. Ao contrário, são muitas as referências a um futuro governo, à saída imediata da presidenta, sendo Michel Temer a alternativa competente para o país.

Sobre as manifestações sociais, especialmente a FSP e OESP apresentam os “protestos verde-amarelos” (favoráveis ao *impeachment*) como pacíficos e representantes oficiais dos brasileiros, enquanto os “protestos vermelhos” (contrários ao *impeachment*) fazem parte dos problemas políticos do país.

Com relação ao interesse público previsto no exercício da atividade jornalística, pode-se afirmar, portanto, que os jornais analisados nem sempre traduziram a complexidade dos acontecimentos em suas capas. O enquadramento promoveu o antagonismo e negligenciou o caráter democrático das controvérsias em prol de um ângulo que valorizou o conflito e a polarização, fortalecendo uma visão simplista de suas implicações para a vida política do país.

De maneira geral, identifica-se a personalização das disputas em uma narrativa superficial e fragmentada, sem contraditórios que valorizariam o debate. As primeiras páginas indicam distanciamento deste viés e muitos são os indícios da sua posição favorável ao *impeachment* justificado pela mudança econômica do

país. Tendo em vista ainda o lugar essencial da informação no processo instituído pelas redes da comunicação pública, atenta-se para a função da imprensa na construção do espaço público para que isso ocorra.

Os achados das primeiras páginas indicam caminhos para analisar o posicionamento e a contribuição da imprensa brasileira, na sua função pública de vigiar a democracia, a partir do acontecimento *impeachment*. A síntese dos fatos oferecidos pelos jornais de referência sugere distância da perspectiva normativa do debate público, na medida em que sugere apenas um tipo de posicionamento e argumentação.

Referências

BAQUERO, Marcello. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 98-104, Dec. 2001.

CORNU, Daniel. Journalisme et la vérité. In: *Autres Temps. Cahiers d'éthique sociale et politique*. N°58, 1998. p. 13-27.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

_____. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FISHKIN, James. *Quando o Povo Fala - democracia deliberativa e consulta pública*. Curitiba: Atuação, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses*. Ensaios de teoria do jornalismo. ed. Florianópolis: Insular, 2009.

LIMA, Venício. Comunicação, poder e cidadania. In: *Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*, Joinville, n.7, p.8-16, out. 2016.

MCCOMBS, Maxwell e Donald Shaw. The agenda-setting function of mass media. In: *Public Opinion Quarterly*, New York, vol. 36, n. 2., p.176-87, 1972.

MIGUEL, Luis Felipe. Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. In: *Política & Sociedade*, n.2, p. 41-66, abr. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n.90, p. 74-83, junho/agosto 2011.

NEVEU, Érik. *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da mídia e da política*. Trabalho apresentado XXVI ANPOCS, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Les 'dispositifs de confiance' dans l'espace public. In: *Revista Réseaux*, 2005a n° 132, p. 185-217.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, nº6, 2005b, p.59-76.

ROSANVALLON, Pierre. *La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Éditions Seuil, Paris: 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Direito dos Oprimidos*. São Paulo: Cortez, 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2013.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a

disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida. (Org.). *Comunicação Pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p.101-120.

WEBER, Maria Helena. Na Comunicação Pública, a captura do voto. *LOGOS27: Mídia e Democracia*, Rio de Janeiro, n.27, p.21-42, jul./dez. 2007.